Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

27/01/2016

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   1.1. DECISÕES..... 1
   1.2. VARA CRIMINAL..... 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. JUÍZES..... 3 - 5
   2.2. PRESIDÊNCIA..... 6
3. JORNAL O DEBATE
   3.1. PRESIDÊNCIA..... 7
   3.2. VARA CRIMINAL..... 8
4. JORNAL O IMPARCIAL
   4.1. COMARCAS..... 9
   4.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS..... 10 - 11
   4.3. PRESIDÊNCIA..... 12 - 13
5. JORNAL O PROGRESSO
   5.1. DECISÕES..... 14
   5.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 15
   5.3. VARA CRIMINAL..... 16 - 17
6. JORNAL O QUARTO PODER
   6.1. VARA CRIMINAL..... 18
7. JORNAL PEQUENO
   7.1. JUÍZES..... 19
   7.2. PRESIDÊNCIA..... 20

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Descumprimento de embarque inviabiliza indenização a passageiro

O descumprimento do tempo máximo de 30 minutos de antecedência para embarque em viagem aérea inviabiliza reparações por danos morais e materiais. O entendimento é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que julgou improcedente pedido de um passageiro que não cumpriu o horário estipulado para o embarque, estabelecido no artigo 16, da Portaria nº 676 da Agência Nacional de Aviação (ANAC).

Consta nos autos que o passageiro foi impedido de entrar numa aeronave da empresa VRG Linhas Aéreas S/A por se atrasar no embarque, pagando àquela empresa taxa de "no-show", no valor de R$ 150,00, para entrar em outro avião e seguir voo rumo ao seu destino final.

Para justificar o atraso, o consumidor afirmou ter feito o check-in e despacho de bagagem. Com voo marcado para às 20h21min, ele teria chegado ao portão de embarque às 20h, ou seja, com atraso, conforme ficou comprovado no sistema interno da companhia aérea.

VOTO – Em voto-vista apresentado no colegiado, o desembargador Raimundo Barros negou o pedido de indenização por danos morais e materiais, formulado pelo passageiro, sendo acompanhado pelo desembargador José de Ribamar Castro, que na sessão, foi escolhido presidente da 5ª Câmara Cível, em substituição ao desembargador Ricardo Duailibe.

Para o desembargador Raimundo Barros, as alegações levantadas pelo passageiro no pedido de indenização não se sustentam, "não havendo que se falar em responsabilidade civil da empresa aérea".

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ITINGA

Suspeito de matar esposa com tiro vai a júri popular

Sérgio Andrade Marques, acusado de crime de homicídio praticado contra Elian dos Santos Sousa Carneiro, então esposa dele, vai a sentar no banco dos réus nesta quarta-feira (27), na sede da Câmara de Vereadores de Itinga. O Tribunal do Júri será presidido pela juíza Alessandra Lima Silva.

Destaca a denúncia que, em novembro de 2002, o acusado, a vítima e mais alguns amigos estavam no local denominado Kiss Recepções. Ao retornarem para casa, ele indagou a esposa sobre a postura, dizendo que ela estava faltando com o respeito. Em seguida, ele a ameaçou de morte. Ela disse que ele poderia matá-la e, nesse instante, Sérgio sacou um revólver e disparou contra o pescoço de Elian.

Ainda segundo os autos do processo, Sérgio fugiu em uma moto com a ajuda de amigos. Elian não resistiu aos ferimentos e morreu em decorrência de hemorragia interna. "Fútil foi o motivo do crime, haja vista ser originado de uma discussão banal, sem qualquer respaldo social ou moral, veementemente condenável", destacou o promotor de Justiça ao oferecer a denúncia.

Ao ser pronunciado a júri, Sérgio teve negado o direito de responder ao processo em liberdade. O julgamento estava marcado previamente para o dia 15 de dezembro do ano passado, mas por motivos pessoais da magistrada a sessão foi remarcada para esta quarta-feira (27).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Título na Espanha

Titular da 2ª Vara de João Lisboa, o juiz maranhense Márlon Reis foi laureado com o título de Doutor pela Universidad de Zaragoza, na Espanha. O magistrado defendeu a tese "La construcción social del principio constitucional de la protección", que recebeu nota máxima, concedendo-lhe qualificação "sobresaliente cum laudes".
No trabalho, Reis faz uma investigação sociológica sobre os caminhos que levaram à construção da jurisprudência atual do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei da Ficha Limpa, além de abordar o papel que as organizações sociais brasileiras tiveram nessa complexa definição.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

'Terceiro turno'

Juiz afirma que eleição deste ano será a mais judicializada

Membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), o magistrado Márlon Reis divergiu nesta semana, nas redes sociais, do posicionamento do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Lourival Serejo, sobre a judicialização do pleito municipal. **POLÍTICA 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Magistrado acredita que eleições 2016 serão 'judicializadas'

Membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Márlon Reis declarou vislumbrar "terceiro turno" nas eleições

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O juiz Márlon Reis divergiu nesta semana, em postagem nas redes sociais, do posicionamento do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, sobre a judicialização das eleições municipais de 2016.

Membro do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), Reis declarou, na segunda-feira, por meio de sua conta no Twitter, vislumbrar a eleição "mais judicializada da história", neste ano.

Segundo ele, mesmo com a aprovação, no ano passado, de um projeto de lei que impede a posse de candidatos derrotados em caso de cassação dos vencedores, o chamado "terceiro turno" ainda não foi extinto.

O magistrado acredita que ainda haverá discussão sobre o tema porque há juristas que defendem vícios na norma que estabeleceu as novas regras, nesse caso.

Juiz acredita que ainda haverá terceiro turno

"Não acabaram com o terceiro turno. A ideia de que o segundo colocado assume será defendida por muitos. Alegam vícios na nova norma. Há dúvida sobre se a medida poderia ter sido definida em lei ordinária", disse.

Biaman Prado

Eeieções municipais poderão acabar judicializadas em 2016 em decorrência de dúvidas sobre lei

DOUTORADO

Márlon Reis recebeu título ontem

Divulgação

O juiz maranhense Márlon Reis, titular da 2ª Vara de João Lisboa, foi laureado na manhã de ontem com o título de doutor pela Universidad de Zaragoza (Espanha). O magistrado defendeu a tese "La construcción social del principio constitucional de la protección", que recebeu nota máxima, concedendo-lhe qualificação "sobresaliente cum laudes". Ele falou sobre a tese em rede social.

O juiz acrescenta, contudo, que acredita na validade da nova norma. "Penso que poderia, sim [ter sido definida em lei ordinária]. Mas entendo que o legislador instituiu uma anomia", completou.

'Terceiro turno'

Em entrevista exclusiva a **O Estado**, o presidente do TRE avaliou que a maior mudança prevista para as eleições de 2016 diz respeito justamente ao fim do "terceiro turno" - como se convencionou chamar as batalhas judiciais por meio das quais candidatos derrotados tentam, na Justiça Eleitoral, a cassação dos mandatos dos vencedores, para depois assumir o posto.

"Um dos pontos maiores da reforma foi a mudança do Código [Eleitoral] na parte em que acabou com o chamado 'terceiro turno'. Se você cassar um prefeito hoje, o segundo colocado não assume mais. Tem de haver outra eleição", declarou.

Na opinião de Serejo, isso forçará uma diminuição da quantidade de ações judiciais após as eleições. "Haverá uma contenção das ações eleitorais após as eleições", pontuou, lembrando que ainda há no TRE, pendentes de julgamento, 10 ações de cassação de prefeitos eleitos em 2012. ●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Encontro no TJMA

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão, Thiago Diaz, foi recebido pela primeira vez (após assumir o cargo) pelo chefe do Poder Judiciário no Estado, desembargador Cleones Cunha. No encontro, Diaz tratou de assuntos pertinentes ao dia a dia dos advogados, como a nomeação de magistrados nas comarcas sem titulares no Maranhão.

Cleones Cunha, por sua vez, afirmou que um dos objetivos de sua gestão é preencher todas as comarcas vagas com a nomeação de novos juízes (dentro do limite orçamentário) e buscar saídas práticas para a questão de acesso no Fórum de São Luís, que aglomera a quase totalidade das unidades judiciais da capital.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ACESSO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, que, após assumir o cargo, reuniu-se pela primeira vez com o chefe do Poder Judiciário estadual, em caráter institucional. Colocando-se à disposição do Judiciário para cooperar com ações e sugestões que beneficiem os jurisdicionados, o presidente da OAB/MA tratou de assuntos pertinentes ao dia a dia dos advogados, como a nomeação de magistrados nas comarcas sem titulares no Maranhão e melhorias de acesso e estacionamento no Fórum Des. Sarney Costa, do Termo Judiciário de São Luís na Comarca da Ilha. "Manifestamos nossa disponibilidade ao diálogo e interação para pensarmos juntos as soluções para os problemas que se apresentam. Um dos objetivos da nossa gestão é preencher todas as comarcas vagas com a nomeação de novos juízes - dentro do limite orçamentário, é claro -, e buscar saídas práticas para a questão de acesso no Fórum de São Luís, que aglomera a quase totalidade das unidades judiciais da capital", declarou o presidente Cleones Cunha.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça

Sérgio Andrade Marques, acusado de crime de homicídio praticado contra Elian dos Santos Sousa Carneiro, então esposa dele, vai a sentar no banco dos réus nesta quarta-feira (27), na sede da Câmara de Vereadores de Itinga. O Tribunal do Júri será presidido pela juíza Alessandra Lima Silva.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

SEGURANÇA

Força-tarefa da polícia investiga assaltos a ônibus

Policiais da Delegacia de Roubos e Furtos apreenderam um adolescente suspeito de participar de vários assaltos a ônibus na região metropolitana de São Luís. O jovem de 17 anos já esteve em uma casa de internação no ano passado e retorna uma segunda vez.

A apreensão faz parte de uma força-tarefa que está investigando 125 inquéritos de casos de assalto a veículos do transporte público na Grande São Luís. Morador do Anjo da Guarda, no Itaqui-Bacanga, o menor teve sua imagem reconhecida em cinco roubos feitos em ônibus da linha Terminal-São José de Ribamar em outro setor da cidade.

Decretada pela Comarca de São José de Ribamar, a apreensão foi feita com acompanhamento de um responsável, após conclusão do inquérito. Em fevereiro de 2015, o menor foi apreendido por ter cometido o mesmo delito.

inquéritos de assalto a coletivos estão sendo investigados

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

CAMPANHA

Fórum apoia combate à corrupção

REDAÇÃO

O procurador-chefe do Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA), Juraci Guimarães Júnior, e a advogada Larisse Barros Lima estiveram, na última segunda-feira, no Fórum de São Luís, reunidos com o diretor do órgão, juiz Sebastião Joaquim Lima Bonfim, para apresentação da "Campanha 10 medidas de Combate à Corrupção". A campanha, organizada pelo MPF, vem coletando assinaturas de cidadãos na busca de medidas para aprimorar a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade.

O diretor Sebastião Bonfim se colocou à disposição para apoiar a iniciativa, disponibilizando um espaço no fórum para coleta de assinaturas e divulgação do evento.

No Maranhão, a campanha conta com outras instituições apoiadoras, como a Igreja Batista do Angelim (IBA), representada na reunião pela advogada Larisse Lima.

No fórum, o ponto de coleta de assinaturas e divulgação da "Campanha 10 medidas de Combate à Corrupção", funciodesde ontem, no hall do prédio, das 8h às 18h.

Projeto de lei

O MPF começou a colher, em todo o Brasil, assinaturas de cidadãos que apoiam as 10 medidas para aprimorar a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade. As propostas de alterações legislativas buscam evitar o desvio de recursos públicos e garantir mais transparência, celeridade e eficiência ao trabalho do Ministério Público brasileiro com reflexo no Poder Judiciário. O órgão ministerial tem como objetivo coletar 1,5 milhões de assinaturas para apresentar ao Congresso Nacional um projeto de lei de iniciativa popular.

As medidas buscam, entre outros resultados, agilizar a tramitação das ações de improbidade administrativa e das ações criminais; instituir o teste de integridade para agentes públicos; criminalizar o enriquecimento ilícito; aumentar as penas para corrupção de altos valores; responsabilizar partidos políticos e criminalizar a prática do caixa 2; revisar o sistema recursal e as hipóteses de cabimento de habeas corpus; alterar o sistema de prescrição; instituir outras ferramentas para recuperação do dinheiro desviado.

Mais informações sobre a campanha estão disponíveis no endereço eletrônico www.10medidas.mpf.mp.br. Para assinar, basta ter título de eleitor, procurar uma unidade do MPF ou se dirigir ao ponto de coleta no Fórum de São Luís.

medidas de Combate à Corrupção

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Corrupção (1)

O procurador-chefe do Ministério Público Federal no Maranhão, Juraci Guimarães Júnior, e a advogada Larisse Barros Lima se reuniram, no Fórum de São Luís, com o diretor do órgão, juiz Sebastião Joaquim Bonfim.

Corrupção (2)

Eles apresentaram a "Campanha 10 medidas de Combate à Corrupção", organizada pelo MPF, para coletar assinaturas de cidadãos na busca de medidas para aprimorar a prevenção e o combate à corrupção e à impunidade. São medidas fortes contra os corrutos.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Giro

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, recebeu o presidente OAB/MA, Thiago Diaz, que, após assumir o cargo, reuniu-se pela primeira vez com o chefe do Poder Judiciário estadual.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Acesso de advogados ao Fórum de São Luís

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, recebeu o presidente da Seccional Maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA), Thiago Diaz, que, após assumir o cargo, reuniu-se pela primeira vez com o chefe do Poder Judiciário estadual, em caráter institucional. Colocando-se à disposição do Judiciário para cooperar com ações e sugestões que beneficiem os jurisdicionados, o presidente da OAB/MA tratou de assuntos pertinentes ao dia a dia dos advogados, como a nomeação de magistrados nas comarcas sem titulares no Maranhão e melhorias de acesso e estacionamento no Fórum Des. Sarney Costa, do Termo Judiciário de São Luís na Comarca da Ilha.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Descumprimento do horário de embarque inviabiliza indenização

O descumprimento do tempo máximo de 30 minutos de antecedência para embarque em viagem aérea inviabiliza reparações por danos morais e materiais. O entendimento é da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que julgou improcedente pedido de um passageiro que não cumpriu o horário estipulado para o embarque, estabelecido no artigo 16, da Portaria nº 676 da Agência Nacional de Aviação (ANAC).

Consta nos autos que o passageiro foi impedido de entrar numa aeronave da empresa VRG Linhas Aéreas S/A por se atrasar no embarque, pagando àquela empresa taxa de "no-show", no valor de R$ 150,00, para entrar em outro avião e seguir voo rumo ao seu destino final.

Ribamar Pinheiro

A 5ª Câmara Cível julgou improcedente o pedido formulado pelo passageiro

Para justificar o atraso, o consumidor afirmou ter feito o check-in e despacho de bagagem. Com voo marcado para as 20h21min, ele teria chegado ao portão de embarque às 20h, ou seja, com atraso, conforme ficou comprovado no sistema interno da companhia aérea.

Voto – Em voto-vista apresentado no colegiado, o desembargador Raimundo Barros negou o pedido de indenização por danos morais e materiais, formulado pelo passageiro, sendo acompanhado pelo desembargador José de Ribamar Castro, que na sessão, foi escolhido presidente da 5ª Câmara Cível, em substituição ao desembargador Ricardo Duailibe.

Para o desembargador Raimundo Barros, as alegações levantadas pelo passageiro no pedido de indenização não se sustentam, "não havendo que se falar em responsabilidade civil da empresa aérea". Processo: 0441612015. ***(Asscom TJMA)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Juizado de Açailândia fará leilão

O Juizado Especial Cível e Criminal de Açailândia lançou um edital de leilão de bens, que vai acontecer no dia 1º de fevereiro, nas dependências do juizado. Os objetos do leilão são um transmissor de tv analógico, um transmissor de TV valvulado e um veículo Gol. De acordo com o edital, a executada na ação é a Difusora de Açailândia.

O transmissor de TV analógico está avaliado em R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) e o digital está avaliado em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Já o veículo Gol de cor prata, do ano 2008, está avaliado em R$ 12.000,00 (doze mil reais), totalizando um valor de 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais). Caso o bem, no leilão, não alcance o lance superior ao valor da avaliação, seguirá a alienação do bem pelo maior lance, desde que não seja valor pequeno.

Sobre o Leilão Judicial – É a venda de bens penhorados através de mandado judicial, para garantia de uma execução. Os bens podem ser vistoriados normalmente antes do Leilão Público Judicial, mas em alguns casos o executado fica com a guarda dos bens e acaba dificultando a vistoria. É aconselhável a presença de algum participante da equipe do Leiloeiro durante a visita.

Não existem lances mínimos definidos em lei para os bens vendidos em Leilão Judicial, porém alguns juízes determinam que seja publicado no edital que, não serão aceitos lances inferiores a 50% do valor da avaliação. Neste caso os bens acabam sendo vendidos pelo maior lance ofertando, desde que o juiz não o considere vil, ou seja, valor que não seja muito inferior considerando valores e aceitação de mercado. Pois não existem leis que determinam porcentagem ou margens de valores, ficando esta decisão por conta do juízo da execução.

Qualquer pessoa pode participar de um Leilão Público Judicial, devendo apresentar os documentos comprobatórios de sua identidade. No caso de pessoa jurídica, o representante deverá possuir procuração explicitamente para este fim, contrato social e cartão do CNPJ, além de seus dados pessoais. ***(Michael Mesquita / Asscom)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Preso homem acusado de estupro de vulnerável com condenação de 15 anos

João Oliveira dos Santos Júnior foi condenado a 15 anos de reclusão

Policiais civis da Delegacia de Proteção a Criança e Adolescente (DPCA) prenderam nessa terça-feira (26) o homem identificado por João Oliveira dos Santos Júnior, 42 anos, morador de Governador Edison Lobão, distante 30 km de Imperatriz.

João Oliveira dos Santos foi preso quando se encontrava escondido no interior de uma cama box na casa da ex-mulher, localizada na Rua Tamandaré, na área do Mercadinho, em Imperatriz.

Segundo informações do delegado regional Eduardo Galvão, João Oliveira dos Santos Júnior foi preso, a princípio, porque não estava cumprindo determinação da justiça, que era de ficar longe da ex-esposa, como medida protetiva.

Entretanto, quando chegou na Delegacia Regional, foi constatado que João Oliveira já está condenado a 15 anos de reclusão por estupro de vulnerável. Mas não tinha mandado de prisão em seu desfavor, embora ele já estivesse com sentença condenatória. Diante disso, o caso foi comunicado pela autoridade policial ao juiz da 4ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, que imediatamente emitiu mandado de prisão em desfavor de João Oliveira dos Santos Júnior, que foi cumprida imediatamente e ele se encontra à disposição da Justiça em uma das celas da Delegacia Regional. Hoje, após realizar exame de corpo de delito, será transferido para o novo presídio, por já estar condenado.

João Oliveira dos Santos Júnior é acusado de ter estuprado uma enteada de 9 anos, fato ocorrido em 2013. Vale lembrar que a menina, embora seja filha apenas da ex-esposa dele, está registrada como sua filha.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Acusado de assassinar a esposa vai a júri popular em Itinga

Sérgio Andrade Marques, acusado de homicídio, cuja vítima foi a própria esposa, Elian dos Santos Sousa Carneiro, vai sentar no banco dos réus nesta quarta-feira (27), na sede da Câmara de Vereadores de Itinga. O Tribunal do Júri será presidido pela juíza Alessandra Lima Silva.

Destaca a denúncia que, em novembro de 2002, o acusado, a vítima e mais alguns amigos estavam no local denominado Kiss Recepções. Ao retornarem para casa, ele indagou a esposa sobre a postura, dizendo que ela estava faltando com o respeito. Em seguida, ele a ameaçou de morte. Ela disse que ele poderia matá-la e, nesse instante, Sérgio sacou um revólver e disparou contra o pescoço de Elian.

Ainda segundo os autos do processo, Sérgio fugiu em uma moto com a ajuda de amigos. Elian não resistiu aos ferimentos e morreu em decorrência de hemorragia interna. "Fútil foi o motivo do crime, haja vista ser originado de uma discussão banal, sem qualquer respaldo social ou moral veementemente condenável", destacou o promotor de Justiça ao oferecer a denúncia.

Ao ser pronunciado a júri, Sérgio teve negado o direito de responder ao processo em liberdade. O julgamento estava marcado previamente para o dia 15 de dezembro do ano passado, mas por motivos pessoais da magistrada, a sessão foi remarcada para esta quarta-feira (27).

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Acusado de homicídio vai a júri em Itinga do Maranhão

A juíza Alessandra Lima Silva, titular da Comarca de Itinga, vai presidir uma sessão do Tribunal do Júri nesta quarta-feira, dia 27. O julgamento vai ocorrer a partir das 09:00 horas da manhã na sede da Câmara de Vereadores de Itinga e o réu será Sérgio Andrade Marques, acusado de crime de homicídio praticado contra Elian dos Santos Sousa Carneiro. Ela era companheira de Sérgio.

Destaca a denúncia que em novembro de 2002, acusado e vítima e mais alguns amigos estavam no local denominado Kiss Recepções. Ao retornarem pra casa, ele a indagou sobre sua postura, dizendo que ela estava faltando com o respeito. Em seguida, ele a ameaçou de morte. Ela disse que ele poderia matá-la e, nesse instante, Sérgio sacou um revólver e disparou contra o pescoço de Elian.

Ele fugiu em uma moto com a ajuda de amigos. Ela veio a falecer em decorrência de hemorragia interna. "Fútil foi o motivo do crime, haja vista ser originado de uma discussão banal, sem qualquer respaldo social ou moral, veementemente condenável", destacou o promotor de Justiça ao oferecer a denúncia.

Ao ser pronunciado a júri, Sérgio teve negado o direito de responder ao processo em liberdade. O julgamento estava marcado previamente para acontecer no dia 15 de dezembro do ano passado, mas por motivos pessoais da magistrada a sessão foi redesignada para a data de 27 de janeiro.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Márlon Reis conquista título de doutor pela Universidad de Zaragoza

O juiz maranhense Márlon Reis (foto), titular da 2ª Vara de João Lisboa, foi laureado, ontem (26), com o título de doutor pela Universidad de Zaragoza (Espanha). O magistrado defendeu a tese "La construcción social del principio constitucional de la protección" que recebeu nota máxima, concedendo-lhe qualificação "sobresaliente cum laudes". No trabalho, o juiz maranhense faz investigação sociológica sobre os caminhos que levaram à construção da jurisprudência atual do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal acerca da Lei da Ficha Limpa, além de abordar o papel que as organizações sociais brasileiras tiveram nessa complexa definição.

Divulgação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

OAB/MA dialoga com TJMA em prol de melhorias para os advogados

Divulgação

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, Thiago Diaz, e sua equipe, reuniram-se na segunda-feira (25) com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, e com a Corregedora Geral de Justiça, Anildes Bernardes Chaves Cruz.

Na reunião, a primeira institucionalmente com o chefe do Poder Judiciário Estadual, que colocou o Judiciário à disposição para cooperar com ações e sugestões que beneficiem os jurisdicionados.

O presidente da OAB/MA colocou em pauta assuntos como a nomeação de magistrados nas comarcas sem titulares no Maranhão e melhorias de acesso e estacionamento no Fórum Des. Sarney Costa, na capital.

"Um dos meus objetivos é, durante a gestão, preencher todas as comarcas vagas com a nomeação dos novos juízes, dentro do limite orçamentário, e também buscar saídas práticas para a questão de acesso no Fórum de São Luís, declarou o presidente Cleones Cunha.

Thiago Diaz agradeceu o apoio e o compromisso do presidente do TJMA, revelando a proposta de facilitar o acesso ao Fórum de São Luís por meio de identificação digital e adaptação do terreno de propriedade do Tribnal em frente ao fórum para estacionamento com reserva de vagas. A Corregedora Anildes Chaves comprometeu-se com a diretoria da OAB/MA em atuar junto à direção do Fórum para analisar o pedido por vagas exclusivas para advogados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo